

Universidade de Santa Cruz do Sul – Conferência de Abertura  
18 de setembro de 2002 – 9h da manhã

## COMO LIDAR COM AS NOVAS FIGURAS DA DESIGUALDADE: O CASO DA DESIGUALDADE REGIONAL

*Renato Janine Ribeiro,*  
Universidade de São Paulo

Em nosso tempo a desigualdade, embora real, tornou-se quase insustentável do ponto de vista de sua legitimidade. Não discutirei, aqui, se aumentou ou não a desigualdade de fato em vários setores de nossa sociedade. É até possível que ela tenha aumentado. Mas a boa notícia é que hoje terminou, ou está terminando, a possibilidade de sustentar, na consciência dos humilhados, dominados e ofendidos, a legitimidade de haver dominação, ofensa e humilhação. Em outras palavras, o que vamos discutir aqui não é a realidade da desigualdade, sua mensuração, suas dimensões – mas a percepção que temos dela e como esta mudou.

Insistamos nesta diferença. Há poucos dias, li que uma ONG alemã mede, anualmente, a percepção que se tem da corrupção nos diversos países do mundo. Contudo, a notícia no jornal deslizava, o tempo todo, da percepção que se tem desse fenômeno, para a realidade do mesmo. E por isso mesmo causava escândalo que Botswana, na África, estivesse mais bem cotado do que a França: haveria, deduzia-se, menos corrupção nesse pequeno país atrasado do que na pátria dos direitos do homem. Contudo, devemos evitar essa confusão banal, errada, entre o ser e o perceber. Um país pode perceber melhor a corrupção – e, justamente por isso, tê-la em menor grau! Aquilo que não se percebe pode ser extremamente nocivo. Ou, lembrando a nossa ditadura: muitos hoje pensam que a corrupção cresceu, com a democracia, com a voracidade dos políticos etc. No entanto, sob a ditadura não havia liberdade de expressão, e denúncias ou críticas como as que hoje lemos cotidianamente eram barradas. Se somarmos a isso o fato de que naquele tempo enormes obras de engenharia foram contratadas, havendo mais dinheiro no orçamento público para investimentos enormes, é bem provável que

a corrupção fosse, então, maior — e que em nosso tempo a opinião pública conheça mais, e aceite menos, o desvio dos dinheiros públicos.

O mesmo pode valer para a questão da desigualdade. Tradicionalmente, ela era aceita. Os mais pobres se conformavam com uma repartição hierárquica dos seres humanos, que segundo a doutrina mais conservadora teria sido desejada por Deus. Ou, numa leitura mais moderada, mas ainda assim conservadora, resultaria do destino, da competência, da educação, mesmo que disso decorresse a privação de direitos humanos quase elementares para parte significativa da sociedade. Isso, repito, foi aceito por muito tempo. Temos um exemplo dessa aceitação da desigualdade quando pessoas de algumas posses conversam, na frente de empregados a quem pagam um salário baixo, sobre valores muito mais elevados, como se isso fosse natural, e como se os seus funcionários fossem surdos. Gastos elevados, às vezes por prazer, são assim exibidos a pessoas que podem carecer do essencial. Há algo de acintoso nisso, e ao mesmo tempo de inocente — mas de uma inocência que atesta uma visão hierárquica e iníqua da sociedade, implícita, sem maldade, mas talvez até, por isso mesmo, grave.

Mas a aceitação, pelos que estão em baixo, desse recorte social diminui a cada dia. Isso se vê claramente nos movimentos negros, das mulheres e de outros grupos historicamente prejudicados. Alguns se queixam do radicalismo desses movimentos. No Brasil, criticamos bastante o que achamos de “politicamente correto”, ou seja, a tendência a olhar com a lupa palavras e expressões que possam ser pejorativas, e que por vezes foram utilizadas sem malícia ou mesmo estão incorporadas na linguagem. Mas, em que pesem os excessos, essa queixa, essa reclamação, essa indignação se justificam — porque mostram que deixou de haver legitimidade na desigualdade social, pelo menos em sua versão mais intensa, injusta, iníqua.

Este é um avanço enorme, em termos de consciência política e social. O fato de que a miséria não seja mais aceita, e de que a própria pobreza cause reclamações, é novidade, e aponta caminhos importantes em termos de cidadania. Desse ponto de vista, nem importa tanto a realidade dos fatos. Estamos lidando, antes de mais nada, com a legitimidade das relações sociais. E é essa legitimidade, ou não, que determina muitas atitudes na sociedade.

Mais que isso: a ilegitimidade da miséria, e da grande desigualdade social, vem junto com a ilegitimidade da corrupção e da falta de ética no trato da coisa pública. Tudo isso já foi aceito em nossa sociedade. A corrupção passava, e para parcelas de nossa população ainda infelizmente passa, como algo inevitável: todo político é ladrão, pensam alguns, ou “somos todos corruptos”, como disse, no começo da década de 1990, um líder empresarial. Daí que, sobretudo nos meios mais conservadores, seja usual acusar todos os políticos, sem distinção, de corruptos — para, depois, justificar o apoio que se dá a alguém notoriamente corrupto. Lembremos que, após a condenação do presidente Collor por crime de responsabilidade, muitos de seus antigos eleitores preferiam culpar os políticos em geral, ou a sociedade como um todo, pelos erros de escolha que haviam

sido seus: se todos são corruptos, qual o problema de votar num deles? Mas, se nem todos são corruptos, a responsabilidade de quem, em eleições livres, deu a um deles a chave do erário público se torna enorme.

Tratando da falta de ética nos assuntos comuns a todos nós, devemos observar que ela não é praticada só por quem está no cume do poder. Há um sem número de faltas éticas que pertencem ao cotidiano de uma sociedade intensamente desigual. Tomar o acostamento de uma estrada, quando ela está congestionada, ou passar na frente da fila, pretextando riqueza, beleza, charme: tudo isso já foi aceito em nosso mundo. Deixou, porém, de sê-lo. Quando a elite era pequena, a desigualdade era acatada pelos subalternos. Mas dois fenômenos contribuíram para esvaziar isso. O primeiro é a expansão numérica daqueles que têm carro ou fazem fila, ou mesmo daqueles que se consideram com título a um tratamento digno e mesmo prioritário. Quando são poucos, eles podem infringir a lei comum. Quando se tornam muitos, o privilégio, que era sua marca, se volta contra eles próprios. E o segundo fenômeno tem a ver com a expansão em número daqueles que, embora não tenham dinheiro para ter seu carro ou sustentar um privilégio, têm — contudo — devido aos *mass media* um desejo de ser tratados como iguais. O consumo, e mesmo o consumismo, têm, curiosamente, um papel nessa mudança de percepção social. A propaganda na TV não pode ser diferente para o espectador pobre ou o rico. Todos a vêem. E de algum modo ela indica que todos podem desejar as mesmas coisas. Nesse quadro, só temos duas saídas. Ou a guerra de todos contra todos, ou a disciplina da lei. Ou fazemos todos fila ou, se a furamos, nos agrediremos fisicamente em pouco tempo.

Finalmente, esse quadro social à primeira vista pouco auspicioso, até mesmo assustador, pode servir de base para ampliar o espaço da ética nos assuntos públicos. E isso porque não nos deixa mais alternativas. Ou a sociedade estabelece regras equilibradas para o uso dos bens públicos, ou a situação em que vivemos só haverá de piorar — refirme, em especial, à violência. Sem querer reduzir o crime aos delitos praticados pelos mais pobres e miseráveis, o fato é que deixou de haver boas razões para que estes últimos se vejam privados de confortos que, ostensivamente, são apregoados nos meios de comunicação. Se eles sentem o desejo de tais bens, e ao mesmo tempo se sentem sem condições, dado o desemprego, de adquiri-los dentro da lei, a lógica do sistema impele ao crime. E isso nos deixa diante de uma alternativa, gerada pela desigualdade social intensa, que é: o crime ou a ética.

\*\*\*

Há desigualdades regionais como há desigualdades de classe social, de gênero ou de etnia. E todas são igualmente ilegítimas. Até um tempo atrás, justificava-se a desigualdade com base na natureza: negros seriam inferiores a brancos, mulheres a homens, regiões secas, como o Nordeste, a outras mais úmidas. Hoje a natureza não é mais um diferencial significativo, e no que nos interessa, o desenvolvimento regional, fatores vinculados à

inteligência são mais importantes do que o próprio clima ou a qualidade do solo.

Evidentemente, a desigualdade regional não tem certos aspectos tão chocantes quanto aquela entre seres humanos. Ela é menos acentuada que a desigualdade de classe, por exemplo. A diferença entre as regiões mais ricas e mais pobres do país se mede em unidades, não em dezenas de vezes, como é o caso entre as classes sociais. Além disso, a distância entre os grupos sociais mais ricos e mais pobres, numa região pobre, é maior do que a diferença entre essa região e outra mais próspera. Enfim, sabemos que é exatamente nas regiões mais pobres que a exploração, pelas classes dominantes, costuma ser mais dura. Tudo isso deve nos vacinar contra a tentação demagógica de propor uma união de todos, numa determinada área geográfica, contra todos, em outra área. Toda espécie de xenofobia, ou de fanatismo regional, costuma ser manipulada pelos dominantes contra os dominados. Décadas de assistencialismo federal ao Nordeste do país, por exemplo, de pouco adiantaram, já que parte significativa das verbas foi apropriada justamente pelos que já eram, e continuaram sendo, sua classe dominante. Mas um resultado complicado desse fato é que a desigualdade regional foi pouco significada pelo pensamento progressista do Brasil. Se é verdade que a criação da Sudene, e o papel de Celso Furtado em seus primórdios, representaram uma intervenção bastante positiva do pensamento progressista, o fato é que nos últimos anos esse pensamento se ocupou mais das desigualdades sociais que das regionais – de modo que seria bom estas últimas serem examinadas com maior atenção, como aqui, nestes dias, se pretende.

Insistirei primeiro no avanço do desejo de igualdade, estes últimos anos. Sabemos que é praxe caracterizar a direita ou o liberalismo pela ênfase na liberdade, e a esquerda pelo acento na igualdade. Liberdade, deste ponto de vista, é o que Isaiah Berlin chama de “liberdade negativa”, ou seja, a liberdade que consiste em o Estado ou os poderes *não* interferirem no meu mundo. (*Freedom from*, diz ele). O pressuposto liberal é que, sem a interferência alheia, ou com esta reduzida ao mínimo indispensável, cada um desfrutará ao máximo de suas potencialidades. Ora, parece ser esse o valor que em nossos dias triunfa. A defesa da igualdade, pela esquerda, padeceu de sua vinculação com o comunismo no poder, e hoje, quer do ponto de vista da prática que se efetiva, quer dos ideais que prezamos, a liberdade parece ter-se tornado a um só tempo o valor mais meritório e aquele que, na realidade, mais eficiente se mostra na produção de um mundo próspero. O que pretendo argumentar aqui, em rumo contrário, é que nosso tempo vive uma valorização muito grande da igualdade. Essa pode ser menos explícita, mas está forte no plano dos sentimentos. Pode não comparecer nas páginas nobres dos jornais, carregadas de defesa do liberalismo econômico, nem nas teorias dos economistas e dos cientistas políticos, mas dá forma a desejos, que atuam na vida social cada vez mais.

E desses desejos o primeiro e mais forte é o de ter mais. A propaganda na televisão não faz escolha de seu público. É claro que, se sou anunciante, procurarei expor meu produto no veículo mais adequado a seus possíveis compradores; não anunciarei um carro de luxo no canal popular, nem produtos de baixa qualidade e preço na emissora mais

sofisticada. Mas, mesmo assim, não tenho controle sobre quem vê minha publicidade. O que a distingue é atrair gente, é estabelecer com o público uma relação sob o modo do desejo. Ora, sendo a mídia televisiva – e em parte a radiofônica – o grande canal de socialização em nosso mundo, o grande veículo pelo qual as pessoas saem de seu pequeno canto para se expandirem para a sociedade e o planeta, é significativo que essa relação seja formada como desejante. Isso cada vez mais varre as antigas justificações para a desigualdade. Sim, a TV pode ser alienante, como dizem muitos; pode despolitizar, induzir algum conformismo; mas, ao mesmo tempo, ela accentua a tal ponto a relação com os bens sob o modo do desejo que, com isso, devasta as antigas barreiras a esse apetite de ter e de ser mais. Os valores morais que seguravam os mais pobres, humildemente, à porta dos ricos estão perdendo vigor. Não é que as pessoas estejam se tornando amorais, ou imorais. O que acontece é que um sentido hipócrita do que seria a moral está perdendo vigor.

Isso, que é muito visível nas relações entre as pessoas, entre as classes, entre os grupos sociais, de que modo se manifesta nas relações entre as regiões? Não é tão simples assim. Primeiro, porque a desigualdade, aqui, é menor. Segundo, porque ela não se dá a ver com tanta clareza quanto entre pessoas. Entre indivíduos ou grupos, a desigualdade se mostra evidente, um estando diante do outro. Victor Hugo tem talvez a revelação do que serão as lutas sociais do século XIX quando, ainda conservador, par de França no reinado de Luís Felipe, ele vê um pobre olhar com ódio para o rico que salta de sua carruagem. Victor Hugo não gosta disso, pensa que o pobre está errado de não perceber que é o consumo suntuário dos mais ricos que dá trabalho e vida aos mais pobres; mas, de todo modo, percebe o ódio falcando no olhar. Mas como isso se dá entre regiões? Por definição, elas não são presentes uma à outra. Essa saliência não fica tão visível. Mesmo nos lugares em que o preconceito é forte entre um grupo e outro, ele se manifesta sobretudo no frente-a-frente, e mais pela hostilidade a uma etnia do que aos moradores de um território. Então, a insatisfação com a desigualdade regional é mais indireta. Ela não se dá a ver explicitamente. Mas ela se expressa quando as pessoas são obrigadas a deixar seu campo, sua cidade, seu Estado para buscar trabalho, e sobretudo quando cidades se extinguem ou pelo menos fenecem. A desigualdade regional, sendo menos chocante, é porém extremamente séria.

De todo modo, aqui queria sustentar um ponto essencial: *não há mais justificações morais para a desigualdade*. Por mais que nossa sociedade insista na liberdade de empreender, e nas desigualdades que dela resultam; por mais que as potestades de hoje se desinteressem do que o planejamento, fosse marxista, fosse cepalino, se empenhava em propor a fim de reduzir a desigualdade e pôr fim à miséria, o fato é que existe um sentimento difuso, porém cada vez mais forte, avesso à acatização das hierarquias que se basciam na abstinência, por uns ou por muitos, dos confortos em nosso mundo. Esse princípio, que curiosamente passa pelo consumismo no que esse tem de mais capitalista, sabota a defesa da liberdade egoísta. O próprio capitalismo assim suscita um anseio por igualdade, que ele não é capaz nem desejoso de saciar.

\*\*\*

Nosso próximo ponto será: como reduzir as desigualdades, e em particular as regionais? Já adiantamos um princípio: não se pode cair em nenhuma versão daquilo – o patriotismo – do qual dizia o dr. Johnson que era o “último refúgio dos canalhas”. O equivalente nosso seria produzir identidades acentuadas de uma região contra a outra – a exemplo dos movimentos irredentistas que se voltam, por exemplo, contra o nordeste, ou mesmo contra a unidade nacional, entendendo que uma região seria melhor sem as outras. Notem que isso há em todo o país; assim como alguns gaúchos crêem que estariam melhor “sem o Brasil”, há paulistas que dizem o mesmo, e nordestinos também. De modo que pelo menos alguns estão errados, ou mesmo todos.

O ponto principal para reduzir a desigualdade pode estar num aspecto que apontávamos acima: as desigualdades regionais foram sustentadas, por longo tempo, numa idéia de natureza. Ou melhor, em algumas idéias de natureza. A primeira delas identifica-a com a natureza geográfica. A desigualdade resultaria do clima, em primeiro lugar, mas também da orografia e da qualidade do solo. A segunda entende-a como natureza humana. Deve, muitas vezes, à primeira. É lugar-comum, nesse pensamento, que os lugares muito quentes sejam impróprios para o trabalho, enquanto os frios lhe seriam mais adequados. Às vezes, porém, não: o que distinguirá as pessoas será menos o clima do que sua etnia. Mas o comum a todos esses pontos de vista é que a distinção entre os grupos fica engessada pela natureza. É cristalizada, torna-se algo permanente, quase insuperável. Está-se a um passo do racismo, ou já no seu interior.

Mas essa sustentação perdeu vigor. Desde o fim da II Guerra Mundial, e o empenho da Unesco em combater as doutrinas racistas que escoraram o nazismo e alguns fascismos, não têm mais suporte nem sequer pseudo-científico as teses de superioridade de uma raça ou etnia em detrimento de outras (em que pese a imprensa de vez em quando favorecer uma dessas teses, como no caso, há alguns anos, da “Bell curve”). E, mais que isso, em nosso tempo há uma mudança muito importante, nem sempre notada, que é a conversão da inteligência e da cultura em valores fundamentais até mesmo no plano econômico. Um tempo atrás, bastava a herança para que alguém fosse rico a vida toda. As riquezas se mediam em realidade, em *res*, em coisas: ser rico era ter imóveis, uma fazenda, casas. No presente estágio do capitalismo, porém, a realidade se enfraqueceu e, em seu lugar, prosperou o que é chamado de virtual.

Da mesma forma, as capacidades mentais se tornaram mais e mais importantes. Com isso, todos os critérios baseados nas coisas, na natureza, no visível se foram debilitando, enquanto cresce a importância do que depende daquilo que nós podemos fazer com essa matéria prima. É um processo de longo fôlego. Evidentemente, os combustíveis fósseis e muitos minerais continuam indispensáveis – assim como ninguém se alimenta de bytes. Mas, na relação entre a coisa e a idéia, nunca esta última teve tanto peso. Por isso mesmo, nunca a inteligência humana foi tão valorizada. E penso que é por

aqui que podemos propor nossas considerações finais sobre a desigualdade e modos de superá-la. Como trabalho na universidade e estou falando numa universidade, enfatizarei os trabalhos acadêmicos neste rumo.

Um ponto de partida na agenda universitária deveria ser levar em conta as desigualdades, e enfrentá-las. Elas não podem mais ser ocultadas de nossa face. Não podemos mais fingir que elas não nos dizem respeito. E devemos começar pelas *desigualdades sociais*. As desigualdades regionais não podem servir de biombo para ocultar as primeiras – ou seja, o descontentamento com as desigualdades internas ao Estado, ou entre esse Estado e outros, ou entre o Brasil e os países ricos não pode servir, nunca, de pretexto para se manter a desigualdade social. Isso já foi praticado demais no passado, mas devemos romper com esse modelo. Enfatizo esse ponto: uma universidade deve ter como compromisso, em nosso país, o enfrentamento da miséria e a redução das desigualdades sociais. No bojo destas, deve também enfrentar os atrasos regionais.

E a grande ferramenta, contra umas e outras, é o trabalho do pensamento. Aqui me parece que o interdisciplinar desempenha um papel fundamental. Podem construir-se cursos, de maior ou menor duração, tendo questões nodais a enfrentar mediante o encontro de diferentes perspectivas. Cito um eminente geógrafo brasileiro, o prof. Aziz AbSaber: ele costuma lembrar que *toda* aplicação das ciências, sejam elas exatas ou biológicas, diz respeito às ciências humanas. Mesmo uma tecnologia que vá diretamente do laboratório à fábrica, por exemplo, fornecendo uma cola mais eficaz aos sapatos, ao fazê-lo está sendo apropriada socialmente de determinada maneira. Essa apropriação social da tecnologia nunca é inocente ou transparente. Ela favorece certos setores e prejudica outros. É claro que é bom melhorar a qualidade dos sapatos, mas, se não houver um explícito enfoque sociológico nisso, a apropriação desse ganho de qualidade repetirá o que há de perverso em nossa estratificação social, e avantajará os mais ricos. Por isso mesmo, se por exemplo num curso se pretender examinar a questão agrária, não se poderá fazer isso apenas com as ciências que permitem melhorar a qualidade do gado, do plantio, do beneficiamento dos produtos; será necessário, e fundamental, associar esses estudos às condições sociais que uma abordagem supostamente apenas técnica pressupõe e acarreta. Sabemos que ganhos de produtividade no campo muitas vezes expulsam os mais pobres para as cidades – ou seja, há um custo social que é pago por esses últimos, e pela sociedade como um todo, e que pode resultar mais caro do que os ganhos de produtividade que, estes, foram apropriados pelos mais ricos. Não é por outra razão que muitos países do hemisfério norte subsidiam quem mora no campo: sai mais barato o subsídio do que a construção de uma infra-estrutura nas cidades para pessoas cuja história e sensibilidade são camponesas.

Cursos assim multidisciplinares podem ter os mais variados formatos. Podemos tê-los como uma graduação inteira, ou como cursos seqüenciais, ou ainda como uma forma, ao longo de um período letivo (digamos, um semestre), de agregar as diversas disciplinas da grade de estudos. Soube, por exemplo, de um curso de graduação em

Direito que é inteiramente voltado, em seus cinco anos, para os direitos humanos. Evidentemente os alunos estudam direito penal, civil, constitucional, tributário, mas em todos há um enfoque que os orienta sobretudo para os direitos do homem. Imagino na mesma linha um curso de ciências agrárias que formasse, não apenas agrônomos, mas pessoas capazes de articular o trato dos animais, da natureza e – mais difícil de todos – o com os homens. Pode ser uma graduação inteira. Mas podemos também ter cursos seqüenciais, digamos de dois anos, enfocando um trabalho mais próximo do mercado, porém tendo sempre essa co-presença das ciências exatas ou biológicas, por um lado, e das humanas, por outro. E também é interessante, ao longo de um semestre, articular as disciplinas. No projeto de curso de Humanidades que elaborei na Universidade de São Paulo, está previsto, assim, que no primeiro semestre as disciplinas dialogarão entre si sobre a questão da modernidade: numa matéria se pensará o que significa o desencantamento do mundo, proposto por Max Weber como chave para entender o mundo que se abre com a Renascença, em outra se trabalhará o romance, numa terceira a filosofia de Descartes e Bacon. A idéia não é produzir um quadro didaticamente atraente, ou uma articulação bem encaixada de tudo, mas simplesmente a de proporcionar um diálogo intenso – e por vezes conflitante – entre saberes que estão enfocando objetos próximos, mas que os miram de perspectivas diferentes e, por isso mesmo, eventualmente divergentes. Voltando ao exemplo das ciências agrárias, não precisa haver concordância entre o professor de sociologia e o de pecuária; divergências podem existir; mas o fundamental é que haja esse espaço de diálogo entre eles e, mais que tudo, na cabeça dos alunos. Porque é aqui que se está jogando o futuro de nosso país, e a esperança de uma sociedade que rompa as barreiras tradicionais da desigualdade e da injustiça.